



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO

CARTA-CONTRATO Nº 06 - TRE-ES/PRE/DG/SAO/COMAP/SC**Processo nº 0004187-47.2021.6.08.8000****CONTRATANTE: TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO** CNPJ: 03.910.634/0001-70

Endereço: Av. João Batista Parra, 575, Praia do Suá, Vitória/ES CEP 29.052-123 Telefone; (27) 2121-8500

CONTRATADA: SK DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE LIVROS LTDA

CNPJ/MF: 36.718.488/0001-34

ENDEREÇO: Rua Conselheiro Ramalho, 715, Bela Vista, São Paulo/SP CEP 01325-001 telefone: (11) 3289-6659, email: licitacao@sklivros.com.br

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto o fornecimento e a entrega de material bibliográfico impresso.

§1º. Do Fundamento Legal

A contratação tem por base legal a Lei nº 10.520 (Lei do Pregão), de 18/07/2002, Decreto nº 3.555, de 08/08/2000, Decreto nº 10.024, de 20/09/2019, Lei nº 8.666/93, e demais alterações posteriores, Resolução TRE-ES nº 140/2017 e obedecerá ao estipulado nesta Carta-Contrato, bem como às disposições constantes do Edital de Pregão Eletrônico nº 35/2021 e seus anexos, além das obrigações assumidas na proposta firmada pela Contratada, e dirigida ao Contratante, que, independentemente de transcrição, fazem parte integrante e complementar desta Carta-Contrato, no que não a contrariem..

§2º. Das Áreas Bibliográficas de Interesse

Direito, Informática, Contabilidade, Administração, Governança, Memória Institucional, Biblioteconomia/Informação, Arquivologia, dentre outras.

§3º. Da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais

a) As partes obrigam-se a cumprir o disposto na Lei nº 13.709/2018 em relação aos dados pessoais a que venham ter acesso em decorrência da execução contratual, comprometendo-se a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações – em especial os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis – repassadas em decorrência da execução contratual, sendo vedada a transferência, a transmissão, a comunicação ou qualquer outra forma de repasse das informações a terceiros, salvo as decorrentes de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do instrumento contratual.

b) É vedada às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução contratual, para finalidade distinta da contida no objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

c) A Contratada fica obrigada a comunicar ao Contratante, em até 24 (vinte e quatro) horas, a contar da ciência do ocorrido, qualquer incidente de segurança aos dados pessoais repassados em decorrência desta contratação e a adotar as providências dispostas no art. 48 da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais.

d) As partes obrigam-se a proceder, ao término do prazo de vigência, à eliminação dos dados pessoais a que venham ter acesso em decorrência da execução contratual, ressalvados os casos em que a manutenção dos dados por período superior decorra de obrigação legal.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PRAZOS

Os prazos de entrega das publicações, contados a partir da confirmação do recebimento da solicitação formal do Contratante, será de:

- a) **30 (trinta) dias úteis**, para os pedidos realizados entre janeiro e outubro;
- b) **45 (quarenta e cinco) dias úteis**, para os pedidos realizados nos meses de novembro e dezembro.

§1º. A entrega dos itens poderá ser realizada de forma parcelada dentro dos prazos descritos acima. Ao final dos mesmos, caso não seja entregue a totalidade dos exemplares de determinado item, a Contratada estará sujeita às penalidades previstas neste instrumento referente à parcela entregue em atraso ou não entregue.

§2º. O presente instrumento terá vigência a partir da data de sua assinatura e término em **31/12/2022**.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS ENCARGOS DO CONTRATANTE

- a) Promover, através de seu representante, o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, nos aspectos quantitativos e qualitativos, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da Contratada;
- b) Solicitar formalmente à Contratada a entrega das publicações, discriminando título, autor, editora, quantidade e valor de cada item;
- c) Proceder ao aceite definitivo do objeto, através do Setor de Biblioteca, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data do recebimento provisório;
- d) Efetuar o pagamento à Contratada, de acordo com as condições de preços e prazo estabelecidas neste Contrato.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- a) Proceder à assinatura digital do contrato ou aditivos em até 03 (três) dias úteis após a sua disponibilização no ambiente SEI do TRE/ES;
- b) Fornecer e entregar as publicações solicitadas na Sede do TRE/ES, sempre em sua edição mais recente na data do pedido, de acordo com as condições estabelecidas neste instrumento;
- c) Disponibilizar endereço eletrônico para a cotação de preços de livros;
- d) Realizar a cotação de preços dos títulos dos livros enviados pelo Contratante em até 10 (dez) dias úteis, a partir da data da solicitação;
 - d.1) Expirado esse prazo, o Contratante realizará nova notificação, abrindo novo prazo para realizar a cotação, restando configurada a possibilidade de aplicação de multa por ocorrência;
- e) Devolver, dentro do prazo de validade da cotação de preços, a solicitação formal de livros, devidamente assinada, por Sedex, em até 05 (cinco) dias úteis após o seu recebimento;
- f) Substituir o objeto entregue em desacordo com as especificações contidas neste instrumento no prazo máximo de **20 (vinte) dias úteis**, contados a partir do término do prazo máximo de entrega ou a partir da data do recebimento da comunicação expedida pelo setor competente deste TRE/ES, caso esta contagem seja mais favorável à Contratada;
 - f.1) Em havendo necessidade de substituição de parte de um item, este somente será aceito quando todos os exemplares forem efetivamente entregues em conformidade;
 - f.2) Decorridos os prazos de substituição sem a efetiva substituição desses itens, todos os exemplares serão devolvidos à Contratada, restando configurada a sua inexecução total;
 - f.3) A Contratada deverá retirar, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis da substituição, mediante documento hábil a ser emitido pelo fornecedor, todo material que porventura tenha sido substituído, por estar em desacordo com a especificação prevista em Edital, ou que tenha sido devolvido pelo Contratante;
 - f.4) A Contratada deverá substituir, em até 05 (cinco) dias úteis, o documento fiscal que relacione itens não aceitos por outro que contenha apenas os aprovados;
 - f.5) A Contratada deverá providenciar a retirada de todo material não aceito pelo Contratante no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados automaticamente a partir da data do término do último

prazo de entrega/substituição previsto neste instrumento, sob pena de caracterização de abandono, podendo ser, então, o material incorporado ao patrimônio deste TRE-ES;

g) Oferecer livros nacionais com maior desconto, sobre o preço do catálogo da editora, todas as vezes que houver atendimento à solicitação da Biblioteca;

h) Arcar com o ônus do transporte dos livros, inclusive nos casos de substituição de itens entregues em desacordo e de recolhimento de itens devolvidos;

i) Comunicar ao tribunal qualquer alteração no quadro societário e/ou no quadro de empregados que contrarie as disposições da Resolução CNJ nº 07/2005 e alterações posteriores;

j) Informar os dados do seu domicílio bancário (banco, agência e conta) para o correspondente pagamento, bem como, se é optante pelo Simples Nacional;

j.1) Caso não apresente a informação de opção pelo Simples, os impostos e contribuições poderão ser devidamente retidos ao Tesouro Nacional;

k) Manter durante a execução do Contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

Parágrafo Único - Da Comunicação entre Contratante e Contratada

a) Toda e qualquer documentação relativa à contratação deverá ser encaminhada à outra parte, prioritariamente, através de correio eletrônico.

a.1) O Contratante poderá, a seu critério, solicitar a apresentação de documento original ou cópia autenticada para verificação da autenticidade dos documentos enviados por correio eletrônico.

b) A comunicação será considerada recebida após a confirmação de entrega automática encaminhada pelo Outlook, independentemente de confirmação de recebimento por parte da Contratada, ficando sob sua responsabilidade a verificação da conta de e-mail.

c) As partes se obrigam a informar o endereço eletrônico de contato em até 05 (cinco) dias úteis após a assinatura do instrumento contratual, caso não tenha sido informação previamente.

CLÁUSULA QUINTA - DO PREÇO E DO PAGAMENTO

O Contratante pagará à Contratada os valores estipulados nos catálogos das editoras ou tabelas de preços para as publicações fornecidas, reduzidos do percentual de desconto de 30,89% (trinta vírgula oitenta e nove por cento), mediante depósito bancário em sua conta corrente, até o 5º da útil subsequente ao recebimento definitivo/aceite do material, devidamente atestado pelo setor competente deste Tribunal, desde que não haja fato impeditivo provocado pela mesma, obedecida a ordem cronológica de exigibilidade, nos termos do art. 5º, da Lei nº 8.666/93.

§1º. O valor total estimado do contrato é de **R\$ 20.000,00** (vinte mil reais).

§2º. O pagamento será realizado desde que a Contratada efetue a cobrança de forma a permitir o cumprimento das exigências legais, principalmente, no que se refere às retenções tributárias.

§3º. O documento fiscal apresentado por ocasião do pagamento deverá ser obrigatoriamente emitido pelo mesmo estabelecimento habilitado no procedimento licitatório.

§4º. Havendo erro no documento fiscal ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, aquele será devolvido à Contratada pelo Gestor do Contrato e o pagamento ficará pendente até que a mesma providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação.

§5º. A empresa optante pelo SIMPLES, para usufruir da isenção da retenção de tributos e contribuições estabelecida pela IN SRF nº 1234/2012, deverá apresentar declaração **ORIGINAL (01) via** na forma do Anexo IV daquela instrução normativa, **JUNTO COM A NOTA FISCAL. CÓPIA NÃO É VÁLIDA.**

§6º. A declaração de que trata o parágrafo anterior poderá ser apresentada por meio eletrônico, com a utilização de certificação digital disponibilizada pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICPBrasil), desde que no documento eletrônico arquivado pela fonte pagadora conste a assinatura digital do representante legal e respectiva data da assinatura.

§7º. Não haverá reajustamento.

CLÁUSULA SEXTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A despesa decorrente da presente contratação correrá à conta de recursos específicos, já previamente incluída no Projeto de Lei Orçamentária para o exercício de 2022. Aprovada, a despesa correrá a conta da seguinte classificação orçamentária:

AÇÃO: 02.122.0570.20GP.0032 – Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral

Natureza da despesa: 449052 – Equipamentos e Material Permanente

Empenho nº 2022NE000082, de 24/01/2022.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS PENALIDADES

Em conformidade com as disposições previstas no edital de licitação, pelo descumprimento das obrigações decorrentes do presente Contrato, a Contratada ficará sujeita às seguintes sanções:

- a) Pelo atraso injustificado na entrega ou na substituição do objeto, a Contratada sujeitar-se-á ao pagamento de multa diária correspondente a **0,5% (meio por cento)** incidente sobre o valor do objeto em atraso, até o 20º (vigésimo) dia, podendo atingir o percentual de 10% (dez por cento), em cada uma das ocorrências – entrega ou substituição;
- b) Pela inexecução total ou parcial, a Contratada sujeitar-se-á ao pagamento de multa correspondente a **30% (trinta por cento)** sobre o valor do objeto inexecutado;
- c) Pelo descumprimento de qualquer outra obrigação, a Contratada estará sujeita à multa de **0,5% (meio por cento)** por ocorrência, calculada sobre o valor total do contrato.

§1º. O atraso superior a 20 dias, na entrega ou na substituição, caracterizará a inexecução total da obrigação, suscetível à punição conforme disposto na alínea “b”.

§2º. Excepcionalmente, após esse prazo e desde que haja prévia e expressa autorização da Administração, o objeto poderá ser recebido, em uma única ocorrência – na entrega ou na substituição, no prazo suplementar de até 20 (vinte) dias, sujeitando-se a Contratada à aplicação de multa diária correspondente a 0,5% (meio por cento), incidente sobre o valor do objeto, podendo atingir o percentual de 10% (dez por cento), cumulativa à multa prevista na alínea “a”.

§3º. A solicitação de adiamento do prazo de entrega ou de substituição, na forma do parágrafo anterior, deverá ser sempre por escrito, devendo ser recebida contemporaneamente ao fato que ensejá-la.

§4º. As penalidades acima não excluem as previstas no art. 49 do Decreto nº 10.024, de 20/09/2019.

§5º. A aplicação das multas previstas não exime a Contratada de reparar eventuais danos, perdas ou prejuízos que o seu ato punível venha a acarretar à Administração.

§6º. Os valores das multas porventura aplicadas serão descontados dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração à Contratada ou cobrados judicialmente.

§7º. As sanções porventura aplicadas pela Administração serão registradas no SICAF, em conformidade com as disposições do art. 49, §2º, do Decreto nº 10.024, de 20/09/2019.

§8º. A aplicação das penalidades será precedida da concessão da oportunidade de ampla defesa por parte da Contratada, na forma da Lei nº 9.784/99 (Lei do Processo Administrativo).

§9º. A contagem do prazo estabelecido na alínea “a” do caput inicia-se automaticamente no primeiro dia de atraso na entrega e/ou na substituição do objeto, não havendo necessidade de apresentação de pedido de prorrogação de prazo pela Contratada, exceto nas hipóteses em que a Administração expressamente manifestar seu desinteresse no recebimento extemporâneo do objeto.

§10. A contagem do prazo estabelecido no §2º inicia-se a partir da data do recebimento, pela Contratada, da comunicação expedida pelo setor competente deste TRE/ES, ou a partir do término do prazo estabelecido na alínea “a”, caso esta contagem seja mais favorável à Contratada.

§11. A base de cálculo da penalidade de multa será proporcional à parcela do objeto entregue ou substituído em atraso, desde que, ao final dos prazos previstos neste item, o objeto contratado tenha sido recebido de forma integral pelo Tribunal.

CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO

O inadimplemento das Cláusulas e condições estabelecidas neste Contrato assegurará aos Contraentes, nos termos dos artigos 77 e 78 da Lei n.º 8.666/93 e suas alterações, o direito de dá-lo por rescindido, mediante notificação através de ofício entregue diretamente ou por via postal, com prova de recebimento, sem prejuízo da aplicação de sanções administrativas.

CLÁUSULA NONA - DO FORO

Para dirimir questões derivadas deste Contrato fica nomeado o foro da Seção Judiciária da Justiça Federal desta Capital.

E por estarem justos e acordados, depois de lido e achado conforme, foi o presente instrumento assinado pelas partes:

Pelo Contratante: ALVIMAR DIAS NASCIMENTO, CPF nº ***.280.887-**

Pela Contratada: ISABEL CRISTINA FRANCO, CPF Nº ***.457.988-**

Em 01 de fevereiro de 2022.



Documento assinado eletronicamente por **ALVIMAR DIAS NASCIMENTO, Diretor Geral**, em 01/02/2022, às 16:56, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **ISABEL CRISTINA FRANCO, Usuário Externo**, em 02/02/2022, às 16:57, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.tre-es.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0684108** e o código CRC **E898A50B**.

0004187-47.2021.6.08.8000

0684108v5

Criado por [LETICIA.WERNECK](#), versão 5 por [LETICIA.WERNECK](#) em 01/02/2022 13:35:03.